



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1501083-98.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**
 Exequente: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**
 Executado: **Agenor Rodrigues Camargo Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos

FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO move ação de execução fiscal contra **AGENOR RODRIGUES CAMARGO EPP** visando à cobrança de ICMS não recolhido, corporificado nas CDA's de fls. 02/05, cujos débitos foram inscritos em 2000 e 2003.

Instada a se manifestar sobre a prescrição, a Fazenda apenas apresentou pedido para emendar a petição inicial, para correção do valor dado à causa, fls. 11 e 12.

A executada não foi citada.

É o relatório. Fundamento e Decido.

Primeiramente, recebo a petição e fl. 12 como emenda à inicial. Anote-se.

A matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nestas questões, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar). Na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido, que, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo.

No executivo fiscal específico, o despacho de citação foi proferido em **11/06/2018**.

Tal momento interruptivo, porém, retroage à data da propositura da ação, em **29/05/2018**.

O § 1º do art. 219 do CPC, segundo o qual a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação, aplica-se aos créditos tributários, segundo orientação do STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 12/05/2010.

Assim, também na execução fiscal é válida a Súm. 106 do STJ, segundo a qual "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação [ou a demora para a prolação do despacho de citação], por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" (Súm. 106, STJ).

Sendo assim, é necessário examinar, em cada caso, se houve omissão, inércia ou negligência do credor ao dar andamento processual, causadora do atraso que levou à prescrição antes do marco interruptivo, na linha do disposto no § 2º do art. 240 do Novo CPC.

No caso em tela, os créditos tributários foram constituídos em

1501083-98.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

- CDA de fls. 02/03: 15/06/2000
- CDA de fls. 04/05: 15/05/2003

E, em consequência, os termos finais do prazo prescricional são:

- CDA de fls. 02/03: 15/06/2005
- CDA de fls. 04/05: 15/05/2008

Saliente-se que a suspensão do prazo prescricional pela inscrição em dívida ativa, prevista no art. 2º, § 3º da LEF, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, “b” da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar), que não prevê a suspensão prescricional em comento. O entendimento está consolidado no STJ: REsp 1165216/SE, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ªT, j. 02/03/2010.

Ante o exposto **DECLARO** a prescrição do crédito tributário corporificado nas CDA's de fls. 02/05 com fulcro no art. 156, V, do CTN, e, em consequência, **EXTINGO A EXECUÇÃO**, com fulcro no art. 487, II, do CPC.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

PI.

São Carlos, 22 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**